

# NORDESTES: A CONSTRUÇÃO DA REGIÃO NAS OBRAS *NORDESTE* E *O OUTRO NORDESTE*

ERLENE PEREIRA BARBOSA<sup>1</sup>  
WAGNER PIRES DA SILVA<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho procura apresentar aspectos do Nordeste e da cultura regional a partir das obras de Gilberto Freyre e Djacir Menezes sobre a região. Para tanto foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico que apontou que as modificações que o Nordeste atravessou ao longo de sua história, deixando de ser um território dinâmico e motor da economia brasileira, no princípio da ocupação portuguesa para ser uma região marcada no imaginário nacional como atrasada e pobre estão ligadas a uma construção originada por atores de dentro e fora da região, cada um com seus próprios objetivos.

## PALAVRAS-CHAVE

**Nordeste; Semiárido; Regionalismo; Desenvolvimento Regional.**

## *NORTHEAST: THE CONSTRUCTION OF THE REGION IN THE WORKS NORDESTE AND O OUTRO NORDESTE*

## ABSTRACT

The present work seeks to present aspects of the Northeast and regional culture based on the works of Gilberto Freyre and Djacir Menezes about the region. To this end, an exploratory bibliographical research was carried out which pointed out that the changes that the Northeast went through throughout its history, going from being a dynamic territory and engine of the Brazilian economy in the beginning of the Portuguese occupation to being a region marked in the national imaginary as backward and poor are linked to a construction originated by actors inside and outside the region, each one with its own objectives.

## KEYWORDS

**Northeast; Semi-arid; Regionalism; Regional Development.**

## *NORDEST: LA CONSTRUCTION DE LA RÉGION DANS LES TRAVAUX NORDESTE ET O OUTRO NORDESTE*

## RÉSUMÉ

Cet article vise à présenter des aspects du Nordeste et de la culture régionale à partir des œuvres de Gilberto Freyre et de Djacir Menezes sur la région. Pour ce faire, une recherche bibliographique exploratoire a été menée qui a mis en évidence que les changements que le Nordeste a connus tout au long de son histoire, passant d'un territoire dynamique et moteur de l'économie brésilienne au début de l'occupation portugaise à

---

<sup>1</sup> Mestranda e Sociologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista CAPES/DS. E-mail: [erlene2013@gmail.com](mailto:erlene2013@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando em Educação na UFPel. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. E-mail: [Wagner.pires@ufpel.edu.br](mailto:Wagner.pires@ufpel.edu.br).

une région marquée dans l'imaginaire national comme étant arriérée et pauvre, sont liés à une construction initiée par des acteurs à l'intérieur et à l'extérieur de la région, chacun ayant ses propres objectifs.

### **MOTS-CLÉS**

**Nordest; Semi-aride; Régionalisme; Développement Régional.**

### ***NORDESTE: LA CONSTRUCCIÓN DE LA REGIÓN EN LAS OBRAS NORDESTE Y O OUTRO NORDESTE***

### **RESUMEN**

Este trabajo busca presentar aspectos del Nordeste y de la cultura regional a partir de las obras de Gilberto Freyre y Djacir Menezes sobre la región. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica exploratoria que señaló que los cambios por los que pasó el Nordeste a lo largo de su historia, pasando de ser un territorio dinámico y motor de la economía brasileña en los inicios de la ocupación portuguesa a ser una región marcada en el imaginario nacional como atrasada y pobre están vinculados a una construcción originada por actores de dentro y fuera de la región, cada uno con sus propios objetivos.

### **PALABRAS CLAVE**

**Nordeste; Semiárido; Regionalismo; Desarrollo Regional.**

## INTRODUÇÃO

O Nordeste foi a primeira região brasileira a ser economicamente explorada pelos europeus. A despeito dos primeiros séculos de colonização, a região foi, a partir do século XIX, esquecida e considerada como um problema para o país. Um processo que se acentua com a constituição da região em meados do século XX. O objetivo deste trabalho será compreender o processo de afirmação do Nordeste enquanto território por meio de duas obras principais: *Nordeste*, de Gilberto Freyre (2004) e *O Outro Nordeste* de Djacir Menezes (2018). Também serão abordadas algumas obras de ficção, representantes da literatura regionalista dos anos 1930, uma vez que os autores fazem em suas obras relatos sobre as transformações que o Nordeste atravessa na época que vão ao encontro da análise dos autores principais utilizados neste ensaio.

Filho de Alfredo Freyre, professor e intelectual humanista em formação erudita, Gilberto Freyre nasceu imerso no capital cultural. Estudou nos Estados Unidos nas Universidades de Baylor (Texas) e em Columbia (Nova Iorque), passando a integrar os grupos mais destacados das Ciências Humanas daquele país. Devido à fluidez das disciplinas departamentais da época, teve acesso à Antropologia e História em Columbia e Sociologia em Chicago, esta, associada à antropologia, ambas no mesmo departamento até o final dos anos de 1920 (VELHO, 2008).

O outro autor, Djacir Menezes, nasceu em 1907 na cidade de Maranguape, Ceará. Doutorou-se em Direito em 1932. Atuou nas disciplinas de Filosofia Social, Introdução à Economia e outras disciplinas no curso de Direito da Universidade do Distrito Federal, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também foi reitor. As suas participações frequentes nas Conferências do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio tornaram-no conhecido nos círculos intelectuais do país (PAIM, 1999). Foi este professor universitário que o próprio Gilberto Freyre indicou para escrever o livro que trataria do outro Nordeste.

A primeira obra, a de Freyre, relata o Nordeste da cana-de-açúcar, o Nordeste da Zona da Mata, que se estende do litoral do Rio Grande do Norte ao da Bahia, marcado por chuvas regulares, clima ameno e por uma urbanização, muitas vezes bem antiga, com cidades que datam de meados do século XVI. A outra obra a ser abordada é a do professor Djacir Menezes, *O Outro Nordeste*. O livro é uma resposta ao livro do sociólogo e antropólogo pernambucano e apresenta um Nordeste diferente, o do sertão semiárido, onde se convive com a seca e onde predominam relações agrárias, com urbanização recente e incipiente. Um Nordeste que é mais ou menos o que Euclides da Cunha descreve no seu *Os Sertões* (2010).

No entanto, não há apenas um Nordeste, ou o *Nordeste* e o *Outro Nordeste*. Como se perceberá pelas obras e autores abordados aqui, existem vários Nordestes que devem ser

vistos e estudados de acordo com suas potencialidades e pensados nas suas próprias perspectivas. Não quer dizer que cada localidade seja um Nordeste, mas sim que a região é diversa e apresenta essa diversidade em seu povo, em sua cultura, fala e religiosidade. Consideramos diversidade como os diferentes aspectos culturais, tradições de linguagens, entre outras características dos grupos sociais que, reunidos em um mesmo espaço físico, resultam em pluralidade.

Da riqueza dos primeiros séculos de colonização ao diagnóstico de região problema, o Nordeste e o olhar sobre ele foi sendo alterado, transformado. Esquecido durante o período imperial, nos primeiros anos da república chamou atenção esporadicamente por episódios de secas severas. Foi por meio da Guerra de Canudos que a região saltou para o centro dos acontecimentos.

## PROTO-NORDESTE: O EPISÓDIO DE CANUDOS

Em 1896, no interior da Bahia, teve início o conflito que entrou para a história como Guerra de Canudos. Nela, sertanejos pobres enfrentaram tropas, primeiro do governo baiano e depois do exército brasileiro durante cerca de dois anos. A busca por informações e notícias para os ávidos leitores dos jornais do Centro-Sul do país levou ao local do conflito um número considerável de jornalistas. Dentre eles, Euclides da Cunha, que alguns anos depois do conflito lança uma obra que se tornaria um clássico: *Os Sertões* (2010).

O conflito no interior baiano suscitou uma série de discussões e debates na opinião pública brasileira. O foco dos debates foi a área do conflito e seus habitantes. Nesse contexto, a obra de Euclides da Cunha poderia ter sido mais um livro sobre o tema da Guerra de Canudos, que em 1902, ano em que foi publicado, parecia ser um assunto já esgotado. No entanto, a abordagem do escritor não se limitara a narrar as peripécias da guerra, mas abordou o tema em sua totalidade, a terra e os homens, além da luta, como indicam as partes em que se divide o livro. Tal ponto suscitou uma discussão sobre Canudos e sobre aqueles sertanejos, que, embora tão diferentes do Brasil e dos brasileiros dos grandes centros, eram também brasileiros.

Em nenhum momento o autor utiliza o termo Nordeste para se referir ao território ao qual se dedica o livro. Naquele tempo, a região era apenas o Norte ou os sertões do Norte. Habitados por homens e mulheres incompreensíveis para os habitantes de um Brasil que se urbanizava e que queria assumir uma feição mais europeia, mais branca, dita civilizada. Euclides da Cunha apresenta um país a outro. O Brasil urbano julgou sujo, feio, atrasado, fanatizado e faminto este outro Brasil dos sertões longínquos. Uma terra problema, tal como já vinha sendo percebida desde que, durante a seca de 1870, o

imperador Pedro II viu-se às voltas com o financiamento de obras para recuperação da região (BUARQUE, 2001).

Um problema visto como consequência da estiagem, produto da natureza, como se o Nordeste sempre tivesse sido condenado a essa situação de atraso e de penúria. O Brasil rapidamente esqueceu que foi na região nordestina que ele nasceu, lá se formou o primeiro pólo de riqueza e consolidação do país. A escassez de água, o ritmo atípico das chuvas e a consequente pobreza dos solos consolidaram-se como problemas do Nordeste. (BUARQUE, 2001, p. 372–373).

Isso já ficava patente no livro de Euclides da Cunha. O autor descreve com riqueza de detalhes uma terra árida, pobre, que obrigava, plantas, animais e pessoas a se tornarem tão secas quanto ela, embrutecidas, ávidas pela vida. Nesta terra, diferente de outros lugares, a quem busca atravessá-la de um ponto a outro,

[...] a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltosos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, de flora agonizante. (CUNHA, 2010, p. 59–60).

Uma situação que mudava com as chuvas, mas ainda assim, descritas mais como uma luta entre as potências da natureza, que só superficialmente mudava as condições precárias de seus habitantes, que viviam assim à espera de uma próxima seca, da próxima estiagem que os obrigaria a deixar a terra e buscar melhores condições de vida, seja nos núcleos urbanos existentes na região, seja nas capitais dos próprios estados nordestinos, ou ainda no sul do país ou mesmo na distante Amazônia. Euclides da Cunha escreve que, ao caírem as chuvas,

[...] transmudam-se os sertões, revivescendo. Passam, porém, não raro, num giro célere, de ciclone. A drenagem rápida do terreno e a evaporação que se estabelece logo mais viva, tornam-nos outra vez, desolados e áridos. E penetrando-lhes a atmosfera ardente, os ventos duplicam a capacidade higrométrica, e vão, dia a dia, absorvendo a umidade exígua da terra — reabrindo o ciclo infundável das secas. (CUNHA, 2010, p. 59).

Essa é a terra. O que o escritor tem a dizer dos homens e mulheres que nela habitam não é melhor. O meio físico, considera Cunha (2010), atua sobre os sertanejos nordestinos, já prejudicados pela mestiçagem entre índios, negros e brancos, sendo o mestiço a principal figura humana encontrada nestes sertões. Fracos, se comparados aos homens do Sul, afinal, “a mestiçagem extremada é um retrocesso [...] o mestiço é quase sempre um desequilibrado” (CUNHA, 2010, p. 132). No entanto, nesses sertões, a mestiçagem não foi de todo mal. Por isso ele não se deprime, mas se fortalece diante do meio físico tão hostil, porque ele toma os atributos mais ajustáveis à sua situação.

Daí surge, inesperadamente, um elogio do sertanejo, de sua honradez, de seu caráter, para concluir com a mais conhecida citação da obra: “o sertanejo é, antes de tudo,

um forte” (CUNHA, 2010, p. 138). No entanto, não lhe faltam epítetos funestos: desgraçoso, desengonçado, torto, quasímodo. É um retrato contraditório, desenhado por um intelectual do Sul do país, em contato com os homens “atrasados”, que inexplicavelmente resistiram aos “heróis” do Sul por tanto tempo. O retrato pintado por Euclides da Cunha (2010) é o de homens que, apesar das circunstâncias, ainda poderiam ser salvos pela “civilização”. Ainda poderiam ser cidadãos do Brasil.

Essa é uma formulação que vai bem ao gosto do que se pode chamar de “racismo científico”. Dentre os vários determinismos existentes à época, um dos mais populares foi o darwinismo social (SCHWARCZ, 1993). Também chamada de teorias das raças, apregoava que qualquer tipo de miscigenação era um erro, uma degeneração racial e social ao mesmo tempo em que exaltava os tipos “puros”. Esses modelos de determinismo racial se tornaram bem populares no Brasil. Era preciso deter a degeneração, impedir a mestiçagem e branquear o país para que este pudesse desenvolver-se (SCHWARCZ, 1993). Se para Euclides da Cunha (2010) ainda poderiam tornar os mestiços do interior nordestino cidadãos, para a maior parte dos homens de ciência da época, a única opção era a eugenia: medidas radicais de controle dessa população.

Com esse material humano a ser modelado e identificando o grande problema com a natureza, qual a solução? Pensou-se que a engenharia poderia solucionar. Afinal, “quando a natureza não ‘colabora’, as técnicas de engenharia são o recurso para superar as dificuldades” (BUARQUE, 2001, p. 373).

Além disso, em meados do século XX, o território que era chamado de Norte ou sertões do Norte, como vimos na obra de Euclides da Cunha, passa a ser chamado de Nordeste. Em 1942, as unidades da federação foram agrupadas de acordo com suas características físicas em diversas regiões. Os atuais estados que compõem o Nordeste foram divididos em duas regiões: Nordeste Ocidental e Nordeste Oriental. A atual conformação é de meados dos anos 1970 (IBGE, 2018). Moraes (2018, p. 345) explica que

Como espaço geográfico, o Nordeste foi oficializado durante o Estado Novo, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criou a Divisão Regional do Brasil, constituída das Regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. A valorização regional tinha, inclusive, o sentido de combater as oligarquias estaduais e integrar as partes em um todo, o Estado nacional, valorizando diferenças geoeconômicas e socioculturais.

Percebe-se que desde a sua oficialização o Nordeste cumpre com certos sentidos e determinações, que vão entrando ou saindo de cena ao longo do tempo e alterando-se de acordo com os interesses dos diversos atores sociais que atuam ou se relacionam com ele. Essa conformação vai ao encontro daquilo que Albuquerque Júnior (2011) chama de invenção do Nordeste e de sua gente:

O nexos de conhecimento e poder que cria o nordestino e, ao mesmo tempo, o oblitera como ser humano. O Nordeste não é recortado só como uma unidade

econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural geográfica e étnica. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 33).

Todas as regiões brasileiras passaram por um processo de construção que envolveu tanto os fatores físicos, geográficos e climáticos, quanto culturais, afinal, “as fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis” (SAID, 2007, p. 91).

Mesmo Menezes (2018) e Freyre (2006), ao analisarem a região em suas obras, acabam por reduzi-la apenas ao Nordeste açucareiro e ao Nordeste pastoril. Mas a região não se resume a isso. Discutir *O Nordeste* e *O Outro Nordeste* é entender que o Nordeste estava se consolidando quando da escrita dessas obras e um ponto de partida para a reflexão sobre ele e sua pluralidade.

## O NORDESTE DE GILBERTO FREYRE

De acordo com Freyre, o início da exploração colonial no Nordeste deixa espaços bem delimitados: na parte do território propício à exploração dos produtos destinados ao mercado Europeu, predominava a mão de obra escravizada negra, enquanto no restante do território, índios e mestiços atuam em atividades voltadas para produção de gêneros de consumo interno como o gado que, criado solto, demandava uma mão de obra livre (FREYRE, 2006). Por anos esses espaços foram tomados como realidades diferenciadas, no entanto, como visto anteriormente, o discurso que criava o Nordeste acabava por homogeneizar seus espaços, na maioria das vezes, de forma depreciativa.

Apagam-se, na segunda metade do século XIX, os tempos áureos em que a economia pujante de Pernambuco e da Bahia, graças ao açúcar, lideravam o Brasil. Esquece-se a civilização que vicejou ao redor da Casa Grande e de sua aristocracia, lançando sobre a região como um todo o estigma da miséria e da pobreza. Foi isso que motivou a escrita de um livro, que se propôs a esclarecer que o Nordeste não era essa construção que articulavam. O escritor desse livro foi Gilberto Freyre, cujas contribuições para as Ciências Sociais no Brasil são bastante conhecidas, celebradas por parte da academia e execradas por outra. De acordo com Moraes (2018), a partir do Congresso Regionalista, realizado em 1926, “Freyre começou a caracterizar a existência do Nordeste, uma região distinta da nortista e composta por duas sub-regiões, a saber, a da Mata, de clima úmido, e a do Sertão, de clima semi-árido” (MORAES, 2018, p. 342).

No livro *Nordeste*, escrito nos anos 1930 e publicado em 1937, Freyre se posicionava contra a ideia do reducionismo do Nordeste, na qual os estudiosos do Sul e Sudeste colocavam a região como uma terra seca e magra. O livro “é, concomitante, um trabalho de

Sociologia e de Antropologia, de Ecologia e de Geografia. E também de História Social e Política” (MORAES, 2018, p. 343).

Era também um vigoroso protesto contra o apagamento desse Nordeste gordo e úmido pela imagem que estava sendo criada para a região no momento. Já no prefácio, Gilberto Freyre explicava:

Este ensaio é uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste. De um dos Nordeste, acentue-se bem, porque há, pelo menos dois, o agrário e o pastoril; e aqui só se procura ver de perto o agrário. O da cana-de-açúcar, que se alonga por terras de massapê e por várzeas, do norte da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa. (FREYRE, 2004, p. 37, grifos do autor).

O autor explica ainda que o seu livro e um outro, escrito por Djacir Menezes, a quem ele apresentou ao editor, tiveram o objetivo de abordarem o que consideravam a totalidade do Nordeste. Freyre (2004) esclarece que tentará esboçar o Nordeste Agrário e Úmido que, embora já tenha sido o centro da civilização brasileira, está, no momento em que escreve, decadente. Reconhece a perda da importância dos centros como Salvador ou Recife, diante da hegemonia do Centro-Sul. Mas se, por um lado, o livro se acomoda à narrativa de decadência, do Nordeste em relação ao Centro-Sul do país, a obra se esforça em evidenciar que ali, na área que ele denomina de Nordeste Agrário, o Nordeste Úmido em oposição ao Nordeste Pastoril, o Nordeste Seco, há diferenças sensíveis que não podem ser apagadas. Essas diferenças justificam, para Freyre (2004), que não se pode ter uma visão reducionista da região como uma coisa só. Assim ele começa em protesto:

A palavra “nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste”, que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol. (FREYRE, 2004, p. 45).

O trecho acima, a partir da terceira frase, poderia até ter sido extraído de Euclides da Cunha, tal a semelhança com a descrição feita pelo autor de *Os Sertões* (2010). Mas, como vimos, essa era a imagem que prevalecia do Nordeste e que ainda se perpetua. Prevalecia, por ser, como mostra este trabalho, uma construção das elites de dentro e de fora da região, na busca por estabelecer uma relação de poder entre elas e destas com o povo. Mas Gilberto Freyre, que foi, de acordo com Albuquerque Júnior (2013), um dos que contribuiu para a criação do Nordeste, vem traçar limites, dentro da região, as imagens que se espalham por todo o país. Afinal, o Nordeste seco, esclarece, “é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste” (FREYRE, 2004, p. 45).

É sintomático que, para o pernambucano, o Nordeste semiárido seja o “outro Nordeste”, fazendo do seu Nordeste, o que ele descreverá em sua obra, *O Nordeste* por excelência. Um Nordeste “mais velho”,

[...] de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo



peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra. (FREYRE, 2004, p. 45).

Um Nordeste idílico, onde até as doenças entram na conformação de seu povo, de sua gente. Esse é o Nordeste que ele se põe a descrever. Um Nordeste de águas a fartar, são rios, riachos, lagoas, braços de mar. A natureza é pródiga com esse Nordeste ancestral que, durante séculos, liderou a economia e a política brasileira. Freyre vai descrevendo a região de forma poética, ao passo que esconde habilmente as exclusões e desigualdade do “seu” Nordeste. Uma região que ele se empenha para demonstrar como sendo de delimitação necessária, devido a diversidade, reforçando a criação da região, diferenciando do Norte, afinal,

[...] há mais de dois Nordeste e não um, muito menos o Norte maciço e único de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação. As especializações regionais de vida, de cultura e de tipo físico no Brasil estão ainda por ser traçadas debaixo de um critério rigoroso de ecologia ou de sociologia regional, que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças às vezes profundas. (FREYRE, 2004, p. 46).

Inventar o Nordeste, depreende-se dessa fala, é imprescindível. Mas, dentro do novo espaço, há que se delimitar as diferenças. Daí o exaltar do Nordeste da cana-de-açúcar, do massapê em oposição ao outro, ao da terra seca. Um solo que atraiu o europeu e o africano<sup>3</sup>, que os acomodou e possibilitou o surgimento dos três símbolos da dominação portuguesa, que, para Gilberto Freyre, eram inconfundíveis símbolos de civilização: o engenho, a casa-grande e a capela. Ou seja, ali se tinha uma sociedade baseada em uma economia desigual, porque fundada no trabalho escravo. Na hierarquia social, na qual os senhores de engenho desde as varandas das casas-grandes mandavam e os demais obedeciam; e na obediência à religião católica, única permitida. A ordem, firmemente erigida sobre esse tripé econômico, social e religioso, garantia que “as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casa de pedra-e-cal” (FREYRE, 2004, p. 47).

O Nordeste de Freyre, construído sobre os ombros dos escravizados, era o auge da civilização colonial. Solo massapê, água e cana-de-açúcar sustentavam a ordem europeia. Surgiu ali “uma colônia de gente tão farta, de homens tão sólidos, com tanto ruge-ruge de sedas e tanto brilho de rubis; com casas de pedra-e-cal; com sobrados de azulejo e igrejas guarnecidas de jacarandá e de ouro” (FREYRE, 2004, p. 48). Freyre (2004) fala aqui dos senhores de engenho,

[...] gente boa e sã [...] gente talvez geneticamente superior aos simples artesãos — alguns parece que mouriscos —, aos burgueses — tantos deles cristãos-novos — e aos

---

<sup>3</sup> Embora Freyre utilize a expressão “atraiu” o africano, estes foram sequestrados de suas terras e trazidos à força para o Brasil, onde foram escravizados.

fidalgotes aventureiros que primeiro salpicaram de sangue europeu ou semi-europeu outros pontos da América conquistada pelos portugueses. (FREYRE, 2004, p. 48).

Se assim Freyre (2004) vê as camadas médias formadas por brancos, maior despreço é a forma como fala dos brancos pobres, dos índios e dos negros. Estes, ele chega a citar como “elemento colonizador africano” (FREYRE, 2004, p.48), apagando assim o fato de que vieram ao Brasil contra sua vontade, como escravos.

O outro Nordeste é um imenso vazio. Uma terra que repulsa, que tem raiva dos homens. Já o Nordeste do qual nos fala Freyre (2004) é o local “onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho um esverdeado de uma lagoa” (FREYRE, 2004, p. 45), água “que se subordinou ao novo sistema de relações entre o homem e a paisagem” (FREYRE, 2004, p. 59), tornando o Nordeste úmido o berço do “Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro. O mais brasileiro pelo seu tipo de aristocrata, hoje em decadência, e principalmente pelo seu tipo de homem do povo” (FREYRE, 2004, p. 50). Um povo constituído, ainda de acordo com Freyre (2004), pelo melhor das três raças.

Mas o Nordeste de Freyre é ainda o Nordeste dos homens deformados pela monocultura da cana, que enriqueceu a uns e condenou outros à escravidão e à miséria, acabou por degradar a todos, impedindo-os de atingirem melhorias culturais, sociais e mesmo genéticas. Diante das mudanças que a modernidade exige desses homens, estes se encontram despreparados, incapazes de aderir de forma dinâmica aos novos tempos e às novas relações que surgem. E. embora em outras regiões se possa encontrar modelos sociais mais democráticos, com mais igualdade na distribuição de riquezas, nenhum deles, Freyre (2006) frisa, seria mais criador de valores políticos, estéticos e intelectuais do que a civilização da cana-de-açúcar. A mata, derrubada para dar lugar ao canavial, é mero detalhe, coisa de “negro indiferente”<sup>4</sup> (FREYRE, 2004, p. 85). Na verdade,

A grande conclusão do livro é que a civilização do açúcar, em muitos sentidos patológica, fundamentalmente por transformar o homem do povo num desajustado, num ser dramaticamente isolado. No entanto, tal civilização foi mais criadora de valores políticos, estéticos e intelectuais do que outras civilizações, a saber, a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café, que forma mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição dos bens e da riqueza. (MORAES, 2018, p. 345).

É como se essa criação de valores justificasse a patologia civilizacional, a destruição dos homens e das mulheres do povo em nome de uma herança civilizacional, que também só pode ser plenamente desfrutada pelas elites.

---

<sup>4</sup> Para Freyre (2004) aos escravizados pouco importava a preservação da mata, atendo às ordens dos senhores. O autor afirma serem indiferentes na derrubada da mata, mas não utiliza o mesmo qualificativo para os senhores que ordenavam a substituição da mata nativa pelas plantações de cana.

Não se pode deixar de observar que Freyre (2004) faz uma dura crítica às relações capitalistas que se estabelecem no Nordeste do açúcar ao considerar que “em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem” (FREYRE, 2004, p. 177). Para Freyre (2004), o fim da escravidão levou a degradação do homem, devido a piora das condições de vida dos trabalhadores do campo e das cidades.

“Este ensaio é uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil” (FREYRE, 2004, p. 37). Assim Freyre (2004) abre o prefácio à 1ª edição de *Nordeste*. De fato, o livro principia a abordagem ecológica dos problemas brasileiros. Nele, Gilberto Freyre “enfrenta questões teórico-conceituais sobre ecossistemas e cultura, até então inéditas de enfoque e de análise” (LODY, 2011, p. 179). Daí o porquê de Lody (2011) considerar *Nordeste* como um livro germinal sobre ecologia e cultura, pois mostra a intrincada relação da cana-de-açúcar com os homens e com o ambiente, bem como os impactos dessa relação:

A cultura da cana, no Nordeste, aristocratizou o branco em senhor e degradou o índio e principalmente o negro, primeiro em escravo, depois pária. Aristocratizou a casa de pedra-cal em casa grande e degradou a choça de palha em mucambo. Valorizou o canavial e tornou desprezível a mata. (FREYRE, 2004, p. 97).

Freyre (2004) aponta a monocultura e a cultura gerada por esta como prejudiciais ao meio ambiente, desgastando e empobrecendo as terras, causando desequilíbrios até na vida dos habitantes da região, principalmente os mais pobres, impedidos de exercer atividades que não fossem “a serviço — e serviço imediato da monocultura da cana e dos seus senhores” (FREYRE, 2004, p. 109). Por vezes o texto de Freyre (2004) assume o tom de denúncia:

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica a cada fim de ano parte considerável da produção de peixes do Nordeste. (FREYRE, 2004, p. 71).

Note-se que Freyre (2004) culpa as usinas, as modernas produtoras de açúcar que substituem os engenhos, destruindo a economia dominada pela Casa-grande que, para o autor, idilicamente mantinha uma relação outra com as águas e forçava aos seus subordinados esta mesma relação. A ascensão das usinas, transformou essa relação e mesmo aqueles que vivem das águas (pescadores, barcaceiros, jangadeiros, entre outros trabalhadores pobres das águas) concorrem para sua poluição e assoreamento, uma vez que os fabricantes de açúcar já não honram mais os rios e até constroem suas casas de costas para as águas. Os “honrados” rios, admitidos na intimidade dos poderosos foram substituídos.

Em lugar deles correm uns rios sujos, sem dignidade nenhuma, dos quais os donos das usinas fazem o que querem. E esses rios assim prostituídos quando um dia se revoltam é a esmo e à toa, engolindo os mocambos dos pobres que ainda moram pelas suas margens e ainda tomam banho nas suas águas amarelentas ou pardas como se o mundo inteiro mijasse ou defecasse nelas. (FREYRE, 2004, p. 71).

Mas não é só pelas águas a preocupação ecológica em *Nordeste*. Freyre (2004) reconhece que, nas terras do açúcar, poucos reconhecem os tipos de árvores e palmeiras, tampouco enxergam na Mata nada além de pés de pau. Aqui também, de acordo com Freyre (2004), é a cultura monocultora da cana que é responsável pela separação do homem das matas e animais e, como dito anteriormente, dos rios, ao estabelecer uma separação do homem e do ambiente. “Essa distância entre o colono branco e a mata, entre o dono da terra e a floresta explica o nosso quase nenhum amor pela árvore ou pela planta da região, quando se trata de arborizar as ruas das cidades do litoral” (FREYRE, 2004, p. 83). Essa preferência pela arborização com espécies estrangeiras, em detrimento das próprias do Nordeste, conclui Freyre (2004), traz infelizes consequências do ponto de vista ecológico.

[...] não se brinca em vão, ou sem correr algum risco sério, com a vida vegetal de uma região; que esta, afetada na sua interdependência de relações por planta estranha ou por animal intruso, que se torne predominante, pode desequilibrar-se a ponto de perturbar o próprio homem na sua economia e nas suas fontes mais puras de subsistência. (FREYRE, 2004, p. 84).

E voltam as críticas ao “sistema de latifúndio moderno”, o da usina, que reforça ainda mais o espírito militar de conquista dos campos (FREYRE, 2004) que visa apenas o imediato desejo de plantar mais açúcar.

Açúcar com A maiúsculo. Açúcar místico. Um açúcar dono dos homens e não ao serviço da gente da região. Quando muito ao serviço de uma minoria insignificante. Mas nem isto. O usineiro é, em geral, ele próprio um deformado pelo império do açúcar. (FREYRE, 2004, p.87).

Uma denúncia contundente dos usineiros modernos, mas que cai como uma luva também nos senhores de Engenho. A menos que se acredite que a devastação da Mata, nos primeiros séculos de colonização, para o estabelecimento dos engenhos, não tenha afetado as relações de interdependência do território e que beneficiou a toda a gente da região. Também com os engenhos os impactos ecológicos foram imensos e apenas uma minoria insignificante de senhores e suas famílias se beneficiou da riqueza produzida. Freyre, longe de condenar, justifica tanto a monocultura, quanto o latifúndio e a escravidão nos engenhos, pois, para ele,

[...] sem o sistema latifundiário e escravocrata, teria sido impossível a fundação de lavoura à europeia nos trópicos, tão cheios de matas, e o desenvolvimento, aqui, de uma civilização a que não faltariam as qualidades e as virtudes das civilizações aristocráticas, ao lado das perversões sociais e dos defeitos econômicos e políticos. (FREYRE, 2004, p. 90).

Em outras palavras: um mal necessário. Nas palavras de Freyre (2004, p. 90) “era natural que a exploração de cana-de-açúcar fosse o que foi nesse trecho do Brasil”. Agora,

esse Nordeste do açúcar, por conta dessas mesmas características, após ter desfrutado de brilhantismo e riqueza, cai em decadência (FREYRE, 2004). Nota-se que Freyre (2004) mostra-se “envolvido e atento às causas ecológicas, especialmente da zona da mata de Pernambuco, dos verdes claros dos canaviais, ou da topografia urbana do próprio Recife” (LODY, 2011, p. 188).

Por isso que, já em 1937, o livro “suscitava questões, de harmonia social e cultural na região, analisando efeitos e projetando quadros de relações interpessoais, inter-étnicas e também transregionais” (LODY, 2011, p. 190). Como mostrado até aqui, a motivação para Freyre (2004) escrever seu livro sobre o Nordeste é o fato de que, naquele momento,

a regionalização ‘nordeste’ surge em torno do semiárido e ganha expressão com a persistência das secas. Embora não perca a visão de um conjunto que desenha os contornos de uma região, para Gilberto Freyre a expressão mais consistente do ‘Nordeste’ reside justamente no universo agrário, na zona da mata. (MENEZES NETO, 2018, p. 34).

Confirmando essa assertiva de Menezes Neto (2018), de que Freyre (2004) não perde a visão do conjunto regional, é que em *Nordeste*, o autor deixa claro que sua análise é feita sobre determinada parte da região, sobre um Nordeste, o úmido. Frise-se ainda, em trecho citado anteriormente, “há mais de dois Nordeste” (FREYRE, 2004, p. 46). O próprio Freyre (2004) entende que a região apresenta uma diversidade que escapa a esse reducionismo entre Nordeste gordo e magro, o seco e o úmido. Entretanto, em seu trabalho, o autor também não foi além disso. Freyre observa que “fica, entretanto, nestas páginas, uma visão da paisagem, da vida e do homem do Nordeste que a monocultura da cana feriu mais profundamente” (FREYRE, 2004, p. 42).

Sobre o Nordeste seco, pastoril, o outro Nordeste, Freyre (2004) tem a dizer que nele se desenvolveu uma

[...] civilização quase de fronteira, movediça e áspera, dura e ascética. Sem casas-grandes, mas também sem senzalas. Sem rios em que o homem pudesse confiar para as largas permanências, para os esforços profundos de lavoura. Sem água e sem solo que justificassem a agricultura hierárquica, com o senhor a cavalo mandando o negro fazer isso, fazer aquilo e o escravo a pé fazendo tudo, junto com a besta e o boi. (FREYRE, 2004, p. 108–109).

Embora Freyre (2004) afirme que ainda se deve realizar um estudo mais aprofundado sobre “as especializações regionais de vida, de cultura e de tipo físico” (FREYRE, 2004, p. 46) não se foi muito além na obra que analisaremos a seguir. Conceitos como Centro-periferia, de Celso Furtado, que via o semiárido como a periferia da região açucareira (CALAZANS, 2007), conceito que esteve como a base de uma série de políticas públicas voltadas para o Nordeste, pouco avançou em uma análise que fosse além da dicotomia entre o Nordeste seco e o úmido. Essa apresentação dos dois Nordeste estaria completa com a obra que será abordada a seguir.

## DJACIR MENEZES E “O OUTRO NORDESTE”

Ainda no prefácio de *Nordeste*, Freyre (2004) deixa claro que o perfil do outro Nordeste será traçado na mesma coleção que acolhia o seu livro, por um de seus maiores conhecedores, Djacir Menezes. Este cearense, professor da Universidade do Brasil, lançou *O Outro Nordeste* em 1937, o quarto volume da série, editada pela José Olympio, “Coleção Documentos Brasileiros”.

Moraes (2018) deixa claro que foi Gilberto Freyre quem colocou em contato Djacir Menezes com José Olympio, editor da Coleção Documentos Brasileiros. Afirma ainda que foi o próprio Freyre quem cogitou a inclusão do livro do então jovem sociólogo na coleção, por considerar que o ensaio dele sobre o Nordeste pastoril complementaria o seu sobre o Nordeste do açúcar. O próprio Menezes (2018), em prefácio da terceira edição de *O Outro Nordeste*, confirma a influência do autor de *Nordeste*:

O título da obra [...] fora sugestão de Gilberto Freyre, que pintava com saudosas tintas de excelente escritor o Nordeste açucareiro e pernambucano, gordo e escravocrata. Este marcaria nova fase da sociologia brasileira. O outro, estudado nestas páginas, tinha fisionomia inconfundivelmente diversa. Contrapunham-se: o latifundiário patriarcalista e escravidão à exploração pastoril e liberdade. O que se embebeu do sangue negro, com sua aristocracia feudalóide e o que se desenvolvia no trabalho livre das caatingas e de alguns vales úmidos, onde abrolhavam núcleos malganglionados de agricultura irregular. As contradições do processo histórico cobram sentido diferente nas áreas. (MENEZES, 2018, p. 19–20).

A explicação do Nordeste semiárido elaborada por Menezes (2018) remete ainda mais a história que a análise do Nordeste úmido de Gilberto Freyre. A análise de Menezes percorre a história do Nordeste seco desde suas origens, fazendo poucas inserções sobre a atuação do território no momento em que escreve, o que difere de Freyre, cuja abordagem sobre as transformações ocorridas em seu tempo no Nordeste úmido levam Lody (2011) a ver o livro como “ecológico”. Se, para Freyre (2006), devemos o Nordeste úmido e sua gente ao açúcar, para Menezes o semiárido é fruto da criação do gado, afinal, “nas regiões propícias ao progresso da agricultura e indústria do açúcar, afluem capitais, afugentando os menos aquinhoados para outros ramos de atividade” (MENEZES, 2018, p. 108). *O Outro Nordeste* apresenta

[...] os contornos e o perfil singular do caráter das relações sociais que se estabelecem nas fazendas de criação do sertão cearense, em confronto com a estrutura das relações geradas pelas fazendas de cana de açúcar. O sentido social da ocupação do solo e a natureza da exploração econômica assim estabelecidas, em cada uma dessas regiões, constituem os elementos diferenciadores, no plano social e cultural das formas de dominação que se vão, aos poucos, modelando. (MENEZES NETO, 2018, p. 36).

Os aspectos predominantes dessa sub-região são apresentados: “o sertão, as terras secas, a enormidade das extensões da caatinga, a escassez de água” (MENEZES NETO, 2018, p. 37) e a influência destes na economia e nas relações entre pessoas e grupos. Menezes

(2018) identifica três áreas etnográficas do Nordeste, todas ligadas às atividades econômicas que possibilitaram a sua ocupação pelos conquistadores europeus: a área dos vaqueiros, marcada pelo domínio da caatinga; a área dos engenhos que se estende pelo litoral e vales úmidos da costa até a Serra do Mar; a área dos pescadores, nas praias arenosas e baixas.

Embora reconheça que a região pode ser definida em três regiões, “a faixa litorânea, arenosa e baixa; as serras, [...] frescas, úmidas e saudáveis [...]; o sertão de solo argiloso-silicoso, em geral pouco permeável e pouco profundo” (MENEZES, 2018, p. 103–104), o autor declara que só o último será alvo de seu interesse. Daí pode-se observar que parte do Nordeste ficou de fora, tais como “os férteis tabuleiros do Piauí” (MENEZES, 2018, p. 103), que dificilmente poderiam encaixar-se em quaisquer das áreas listadas acima. Mas não apenas essa área. O fértil Vale do Rio São Francisco e a imensa população nas margens desse rio, o litoral arenoso e as populações de pescadores, mariscadores e jangadeiros que vivem do mar — em uma zona que se estende do Rio Grande do Norte ao Maranhão, estado no qual há extensa faixa de floresta tropical —, todas essas áreas ficam de fora, tanto da análise de Menezes (2018), quanto daquela feita por Freyre (2004).

Câmara Cascudo, em 1957, traz luz as obras *Jangada e Jangadeiros*, nas quais aborda a população que habita as praias do Nordeste e que tem na pesca a sua principal atividade de subsistência. Outra obra que aborda uma das áreas do Nordeste que ficaram de fora dos estudos, tanto de Freyre, quanto de Menezes, foi *Homens e caranguejos* (2001) de Josué de Castro, lançada em 1966. Embora foque os homens dos mangues de Recife, fala de um ambiente físico e cultural, bem diferente da análise agrária de Freyre. Obras importantes, mas escritas, no caso das primeiras, duas décadas depois dos livros analisados.

No Nordeste há outros biomas que apresentam diferenças sensíveis em relação ao sertão semiárido, sem falar nas diferenças culturais nas populações que convivem com esses biomas. Biomas como o amazônico, no noroeste maranhense ou o do cerrado, presente na maior parte do Piauí e oeste baiano, como já observado, não são encontrados em nenhum dos “Nordestes” aqui estudados. Ainda existem diferenças dentro desses biomas, como no Semiárido, onde as populações das áreas de rios intermitentes, como as do interior cearense<sup>5</sup>, apresentam costumes marcadamente diferentes das populações que convivem no mesmo sertão semiárido, mas às margens do Rio São Francisco e de outros rios perenes, que lhes garantem água, mesmo durante as secas.

Ao focalizar o sertão, a leitura atenta da obra mostra um predomínio do Ceará, como se o Sertão se resumisse apenas a esse estado. Se o autor pernambucano defende em sua obra que o Nordeste não é só seca e sertão (FREYRE, 2006), a obra do cearense parece

---

<sup>5</sup> Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte também apresentam serras em seus territórios, nos quais a altitude permite temperaturas mais amenas e “manchas” de Mata Atlântica, mesmo em território de clima semiárido.

conceder, para além do sertão, apenas o Nordeste do açúcar (MENEZES, 2018). Da leitura dessas obras deduz-se que há *O Nordeste* e *O Outro Nordeste*. No entanto, há bem mais do que a dicotomia entre o Nordeste úmido de Freyre e o Nordeste seco de Menezes. O Nordeste vai além disso, com a presença de pelo menos mais dois biomas, sem falar nas diferenças sociais e culturais que podem ser sentidas até mesmo dentro de um mesmo estado, quanto mais de um estado a outro. Há ainda o Nordeste das grandes metrópoles, com milhões de habitantes e vida acelerada e o Nordeste das cidades pequenas e pacatas, cuja função se resume a sediar o comércio e os serviços públicos. Se as obras aqui analisadas queriam ampliar a representação do Nordeste, cabe dizer que este é ainda maior e precisa ser analisado enquanto tal.

Se nos primeiros tempos de colonização o semiárido é ocupado apenas pelos índios, no século XVII começa a ser ocupado pelos conquistadores, a maior parte mestiços, que se aventuravam na captura de indígenas. Houve também criadores de gado, obrigados a procurar pastagens longe das terras litorâneas, reservadas ao açúcar, que vão seguindo para o sertão, seguindo os cursos de água, submetendo, expulsando e massacrando os indígenas que encontravam no caminho. A estes só restava integrar-se às fazendas ou fixarem-se nas diversas missões religiosas, como forma de evitar o extermínio. Estas fazendas de gado têm rápida difusão nos sertões semiáridos, a ponto de abastecerem majoritariamente os mercados da Bahia, Maranhão e Pernambuco (MENEZES, 2018). Afinal, o gado foi visto como uma possibilidade de exploração econômica para as áspersas terras do sertão semiárido, porque, além de não precisar ser carregado, apenas conduzido, o gado

[...] dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões. (ABREU, 1998, p. 132).

Ao lado da seca, da organização da atividade pastoril, concorrem para a desarticulação social do semiárido: “as lutas constantes pelas concessões de sesmarias ocasionando pelejas entre os colonos, [que] perturbavam a evolução agrícola agravada pela insegurança dos sertões, dificuldades de transportes, falta de braços” (MENEZES, 2018, p. 114). É este o cenário que a figura do vaqueiro,

mameluco indióide, com toda a sua capacidade de luta, amando a vida livre das caatingas, surgiu tangendo as boiadas morosas pelos descampados. Foi o agente desgarrado, desbravando a marcha social de proprietários, que viriam depois. (MENEZES, 2018, p. 119).

Para Menezes (2018), é o somatório dessas lutas constantes, das condições geográficas do território, marcadas pela seca, pela infertilidade do solo e pela inação das



autoridades, quer as da Colônia, do Império ou da República, que vão conformando o povo que habita a região. Um povo deixado às margens do desenvolvimento capitalista e que por isso vive, se envolve e se move em meio a contradições sociais severas, para as quais ao buscar organizar-se “só encontram formas sociais arcaicas, estruturas clínicas, não compatíveis com as relações capitalistas de produção” (MENEZES, 2018, p. 178).

O frágil tecido socioeconômico é abalado pela seca de 1792, que acaba com o comércio do gado (MENEZES, 2018). São os refugiados e retirantes dessa seca que iniciam os primeiros ataques às fazendas.

As primeiras contendas de bandos desarraigados do solo, tangidos pela adustão, são incertas e esparsas. Não se trata do cangaceirismo regular e organizado, que virá depois, com piquetes volantes e coronelismo protetor, munições adquiridas de maneiras escusas, graças, como se balbucia à surdina a pessoas influentes. Ainda não é o banditismo das brigadas de choque, muitas vezes envolvida nas simpatias da população matuta. (MENEZES, 2018, p. 121).

Além do desamparo econômico, ocorre também o desamparo religioso. “As classes baixas tinham apenas contatos marginais com a Igreja oficial, limitados, geralmente, às festas dos dias santificados e aos feriados importantes, quando se realizavam procissões solenes e comemorações sociais nos centros urbanos” (CAVA, 2014, p. 61). Nesse ambiente, continua Cava (2014), superstições e credices se multiplicavam à margem do catolicismo ortodoxo, tanto entre as classes populares, quanto nas elites da região, sobretudo durante as secas.

A derrocada da economia pastoril ampliou a desigualdade social entre os senhores de terra e o restante da população, deixando espaço para que o banditismo pudesse ser alçado a fenômeno de massa no semiárido, como uma resistência da sociedade pastoril tradicional para a agricultura sedentária do algodão (HOBSBAWM, 2010). Resistência porque o “banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram ter o poder, a lei e o controle dos recursos” (HOBSBAWM, 2010, p. 21).

Aqui Menezes (2018) estabelece o seu “binômio social” do sertão. “Estamos diante de duas reações em face da sociedade: a reação violenta e a reação mística. A do trabuco e a do rosário. Um recorre violentamente à bala; outro misticamente à prece” (MENEZES, 2018, p. 179). Entre esses opostos, uma gente resignada, submissa, triste, que só possui essas duas formas de expressar sua resistência.

Na sociedade rural, o centro gira em torno dos dois pólos, aparentemente opostos, abrindo exceção no sistema de trabalho pacato e submisso da vida sertaneja: o “cangaço”, com as modalidades que procuremos fixar aqui, e o “fanatismo”, com sua nuança leve, diluída ainda nas tintas da religião que se mestiçou, que se embebeu de outros elementos de fé. O tipo caracterizado do fanático, nos transe agudos, no passado, surge na faina de organizar seita. (MENEZES, 2018, p. 94–95).

Para Menezes (2018) a reação forte do cangaceiro é contra algo que ele nem mesmo sabe o que é. Uma reação violenta “cuja história começa numa injustiça cometida

pela politicagem local” (MENEZES, 2018, p. 95). Para Hobsbawm (2010), o cangaço rebenta durante as grandes secas e estabelece uma relação com os camponeses que caracteriza o banditismo social.

O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes de libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. (HOBBSAWM, 2010, p. 36).

Se as primeiras levadas de cangaceiros podem caracterizar-se dessa forma, logo se afastam dessa caracterização e assumem uma relação dúbia com os camponeses simples, pois, como aponta Menezes (2018), os bandos de cangaceiros constituem-se por “tarados, os degenerados anti-sociais atraídos pelo crime” (p. 95).

O cangaço acompanha a evolução política e econômica do Nordeste. Surgido da desagregação social e econômica do pastoreio, o cangaço

se desprende da sociedade rural [...], autonomizou-se em grupos volantes, agindo por conta própria; e aceitando empreitadas por vezes políticas, como no caso de Floro Bartolomeu, comissionando Lampião para combater os inimigos da legalidade em 1926. (MENEZES, 2018, p. 100).

De acordo com Menezes, o cangaceiro e o fanático são os mesmos desajustados (MENEZES, 2018). Ambos têm sua mentalidade conformada ao mesmo universo cultural. “Das simples formas de curandeirismo, das credices que circulam, boca a boca, na credulidade matuta, praticadas no labor cotidiano até aquelas formas mais nítidas, não há diferença de essência, mas de forma” (MENEZES, 2018, p. 96).

Como já observado, o catolicismo do sertão era diferente do catolicismo dos grandes centros. Os sertanejos praticavam um catolicismo “rústico” oriundo da falta de instruções religiosas e de sacerdotes, devido à pouca capilaridade da Igreja Católica institucionalizada no semiárido, somadas a práticas religiosas populares, herdadas das culturas indígenas, negra e europeia (CARNEIRO, 2013).

É uma religião marcada pela atuação de benzedores, rezadores, conselheiros, monges, eremitas, capelães que não conhecem fielmente a doutrina católica, mas que na ausência das autoridades eclesiais, conduzem orações, ritos, cerimônias e ladainhas. É o catolicismo das romarias, das penitências, das procissões, das novenas, das promessas, dos benditos, das devoções aos santos, das festas de padroeiro, de manifestações, que em algumas ocasiões, entram em choque com o posicionamento oficial da igreja. (CARNEIRO, 2013, p. 32).

Essa é a crença que fundamenta uma reação doente, a do fanático (MENEZES, 2018). Não compreende o novo mundo que surge dos escombros da sociedade pastoril e sente-se hostilizado por ele. Então,

[...] procura conjurar os males, que o esmagam, recorrendo a processos mágicos animistas de antepassados, [...] procura vencer os obstáculos que o constroem como o primitivo vencendo as hostilidades naturais. “Vê” o mundo social melhor, “sente” através de forças instintivas e cegas, colorindo-o na subjetivação animista, com a sua técnica, a magia. (MENEZES, 2018, p. 95).

Menezes (2018) reproduz uma visão comum da época em que escreve, na qual vê nas reações populares apenas patologias, em uma a doença, a loucura do fanatismo. Na outra, o crime e a violência do cangaço. Ainda assim, reações às injustiças sociais, nas quais os caboclos fortes tomam o rifle nas mãos e os débeis agarram-se ao rosário.

Nossas populações rurais na miséria, na subalimentação, na incúria da higienização coletiva, no abandono, no atraso mental, na credence baixa campeando, na crença do milagre do feitiço, em atitudes mentais ditadas por sentimentos fideístas e animistas. As bases dinâmico-emocionais do pensamento coletivo dessas populações são recuadas e explicam a concepção que têm da vida e da sociedade. (MENEZES, 2018, p. 173).

No entanto, Menezes (2018) ainda vê como chave para a compreensão do fanatismo e do cangaceirismo a visão desses movimentos como parte de uma luta de classes rural, originada pela disputa das terras e que, por vezes, se insere na luta política entre as oligarquias que disputam o poder do Estado brasileiro, primeiro na monarquia e depois na república. Canudos foi parte da reação sertaneja à acomodação das forças políticas sobre a república. Ancorada na religiosidade, os seguidores do Conselheiro queriam uma forma de sociabilidade que lhes permitisse sair das opressões a que estavam sujeitos em suas relações sociais (PRIETO, 2019).

Esse exercício de dialética cultural, no qual a população vai se conformando perante os dois polos opostos, poderia ser solucionado, de acordo com Menezes (2018), pela “adaptação do homem à regularidade do trabalho, com assistência social organizada em bases racionais” (p. 179).

De acordo com Menezes (2018), esse estado de coisas poderia ser superado com a plena integração do território à economia capitalista, que desmontaria a estrutura patriarcal, liberando as forças produtivas do território e retirando a população desse binômio.

Em auxílio à sua tese, Menezes (2018) toma como exemplo o cultivo do algodão, que desempenha papel de relevo na evolução do semiárido. A necessidade do produto para as indústrias inglesas praticamente obrigou o Nordeste pastoril a se adaptar ao trabalho agrícola sistemático voltado para exportação e, desse modo,

[...] o papel da cultura algodoeira é a de força civilizadora, nas zonas semiáridas. Continua à base de toda uma sociedade de pequenos produtores, em marcha lenta para a industrialização, cujos efeitos já se anunciam, prefigurando, na fisiologia do Nordeste pastoril, o perfil de economia mais avançada. (MENEZES, 2018, p. 169).

Djaci Menezes (2018) é categórico ao afirmar que,

[...] o estabelecimento de relações capitalistas de trabalho no território, “o incessante desenvolvimento das forças de produção, o comércio internacional, o sistema “casa-grande e senzala” se vai esfacelando [...] com a aparição do urbanismo industrial, das firmas comerciais nos centros citadinos, as senzalas enfraquecem, aumentam as populações dos mocambos, multiplicam-se os braços salarizados; e desloca-se a importância dos senhores rurais para o industrialismo nascente. Decompõe-se o patriarcalismo. (p. 107).

Mas, para parte da elite dominante do Nordeste, esse não era um projeto bem-vindo. Escritores, como José Lins do Rêgo, apresentam a oposição das elites a esse processo. Quase sempre ligados à oligarquia tradicional, esses escritores narram por um viés negativo a desagregação dos engenhos e do poder das oligarquias com o estabelecimento de empreendimentos capitalistas. A desestruturação da tradicional economia açucareira e sua substituição pelas relações capitalistas de produção eram vistas sob um olhar saudosista, como se o sistema que fenecia fosse o melhor dos mundos.

O pleno desenvolvimento das relações capitalistas no semiárido fará ruir as relações sociais anteriormente existentes na região e que forneciam base sólida para a continuidade do estado de coisas sociais do semiárido, tais como o latifúndio, o patriarcalismo e o binômio cangaço-fanatismo, que Menezes (2018) imputa como responsável pelo atraso da região.

Embora proponha a integração do semiárido à economia e ao modo capitalista, Menezes (2018) pouco desenvolve o tema. A produção agrícola tradicional do semiárido, na época em que o autor escrevia, era voltada para subsistência que, apesar das políticas públicas de represamento por meio de açudes e barragens, era prejudicada pelas estiagens periódicas (CASTRO, 2012).

Ainda de acordo com Castro (2012), a superação dessa realidade deve levar em conta uma série de questões que se apresentam como entraves para as atividades agrícolas, dentre elas, questões ambientais, deficiência logística, atraso tecnológico, falta de crédito e falta de assistência técnica e isso, para além da concentração fundiária, que impedia o acesso à terra para os trabalhadores do campo. Nenhuma consideração acerca desses fatores é realizada por Menezes (2018).

Apenas nas décadas finais do século XX, mais de 40 anos depois que "*O Outro Nordeste*" foi lançado, a economia de mercado foi incorporada ao semiárido, que é o território ao qual se prende a análise de Menezes (2018). No entanto, é preciso considerar que essa expansão do capital para o território não é para responder às demandas por integração ou melhores condições de vida das populações do semiárido, mas para conseguir a ampliação máxima da produtividade e o aumento da exploração da força de trabalho.

As contradições sociais herdadas pela conquista colonial somam-se as contradições do processo de reprodução do capital que cada vez mais se aprofundam em todo o Nordeste. A desigualdade, longe de arrefecer com o desmantelamento do patriarcalismo, se ampliou. Na atualidade, os centros mais dinâmicos do Nordeste, tanto nas capitais, quanto no interior dos estados, contam com bairros nobres e um cinturão de favelas, cenas diferentes do que esperava Menezes (2018).

Farias (2012) explica que, no semiárido, a agricultura familiar era praticada em terras cedidas em regime de parceria pelos coronéis e chefes políticos locais aos aliados políticos, o

que contribuía para dominação econômica e política da elite sobre os trabalhadores. A história do semiárido é marcada por essas relações entre os chefes políticos que controlavam o acesso à terra e os agricultores. Farias (2012) informa ainda que o ritmo de vida dos sertanejos era ditado pela natureza, com os meses de trabalho agrícola iniciando a partir de janeiro com as chuvas e se prolongando até julho com a colheita. Os camponeses realizavam pouca ou nenhuma atividade produtiva nos meses restantes e esperavam o reinício do ciclo.

Depreende-se daí que a necessidade de expandir, tanto a fronteira do consumo, quanto a produção para o semiárido, levaria à desorganização das relações de produção arcaicas existentes na região, com o conseqüente incentivo para trabalhadores venderem sua força de trabalho às indústrias e empreendimentos implementados sob as relações capitalistas.

Assim, as áreas irrigadas e mais férteis são repassadas para grandes empresas de agronegócio que atendem principalmente o mercado internacional. Amplamente mecanizada, a predominância dessas empresas resultou na dispensa de muitos agricultores e na desarticulação da agricultura, bem como de outras atividades econômicas tradicionais. Freyre (2004) registra que

[...] a industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vem criando usinas possuídas de longe, algumas delas por [...] firmas para as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem, quase sem conhecer senhores. (FREYRE, 2004, p. 177).

Sem ter a quem recorrer, ou como proceder, quando de suas necessidades, esses trabalhadores sentem-se desajustados.

Em *Riacho Doce* (2009), José Lins do Rêgo deixa transparecer essa desarticulação com o desenvolvimento capitalista, do ponto de vista dos moradores de uma pequena vila de pescadores, em trechos como,

[...] Ali terminariam fazendo uma cidade como Maceió. E eles para onde iriam? Pescar não poderiam mais. O mundo ficaria outro. Sobrados tomariam conta das suas palhoças, navios de dois bueiros ancorariam no porto. Um porto imenso, cabendo tudo, barcaças, botes, navios. E as jangadas e as pescas se acabariam. (REGO, 2009, p. 113).

Daí, conclui Freyre (2004) que

essa industrialização, não parece que possa continuar a fazer-se no interesse de tão poucos e contra a saúde e a vida de tantos; a favor do açúcar e contra tantas fontes naturais de vida da região, hoje abandonadas, estancadas ou corrompidas. (FREYRE, 2004, p. 178).

A inserção do Nordeste na economia capitalista o modificou e deixou à mostra mais contradições cujas análises precisam ser aprofundadas, uma vez que a própria lógica do sistema abandona essa dicotomia entre Nordeste úmido e Nordeste semiárido. No entanto, culturalmente, no imaginário popular, permanece uma imagem única da região. A região inóspita, das secas e das dificuldades imensas para a subsistência.

## EXPLICAR O NORDESTE PARA ENCONTRAR O BRASIL

A sociologia brasileira pós 1930 assume como objetivo explicar o Brasil e a realidade brasileira segundo uma ciência social rigorosa que dá um sentido à história e ao povo por meio da ciência. As obras aqui analisadas são fruto dessa tentativa. Como deixa claro Menezes (2018) ao afirmar que

[...] os traços gerais da evolução social do Nordeste brasileiro, abrangendo a área das caatingas, [...] refletem a minha preocupação manifesta em outros estudos: uma tentativa de aplicação de método científico na pesquisa objetiva dos fatos sociais. (MENEZES, 2018, p. 15).

Antes disso, os estudos, inspirados em determinismos e condicionamento de raças, apontavam ser impossível a construção de uma nação livre e soberana em meio a índios, negros e mestiços, apontados como raças de mentes primárias e/ou incapazes (ARCANJO, 2019). A questão recebe um novo olhar, que se apropriava das discussões antropológicas da época para refutar as concepções que se faziam do Brasil até então. No prefácio de *Casa Grande e Senzala*, Freyre (2006) deixava claro que

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor — separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência sociais, de herança cultural e de meio. (FREYRE, 2006, p. 32).

A passagem acima mostra como as ciências sociais abraçam uma nova perspectiva, na qual o determinismo e o racismo científico começam a ser deixados para trás. No mesmo prefácio, Freyre (2006) critica a eugenia ao afirmar que, mesmo que pudesse eliminar os elementos indesejáveis de uma sociedade, caso não se eliminassem as causas sociais da má nutrição e das doenças, novamente se formariam os mesmos elementos miseráveis.

Por isso, as obras analisadas, embora sendo consideradas estudos regionais, “caminham no sentido de buscar respostas para as questões nacionais (ARCANJO, 2019, p. 73). São duas obras que possuem interpretações diferentes tanto sobre o nacional, quanto sobre o regional, embora partam de um acordo, que seria a análise de espaços diferentes da mesma região.

Menezes (2018) busca enquadrar a formação do Nordeste dentro do Brasil conectada ao processo de desenvolvimento capitalista. Freyre (2004) arroga a tentativa de realizar um estudo ecológico, para esboçar a fisionomia de um Nordeste agrário e decadente após ter sido o centro da civilização brasileira, ao passo que centra sua análise no homem que transforma o meio em que interage ao mesmo tempo em que se adapta a ele. Nas palavras

do autor, o livro descreve “uma visão da paisagem, da vida e do homem do Nordeste que a monocultura da cana feriu mais profundamente” (FREYRE, 2004, p. 42).

Arcanjo (2019) identifica em Freyre (2004) o autor do drama do Nordeste gordo, da cana de açúcar, que decadente vê o imaginário em torno do Nordeste se solidificar em torno do Nordeste seco, do gado e do couro. Já Menezes (2018), embora trate do drama das secas, do solo pobre e infértil, bem diferente do paraíso luxuriante abordado por Freyre (2004), procura ir muito além de relatar o drama. *O Outro Nordeste* utiliza de uma abordagem objetiva, em contraposição ao idealismo e ao determinismo, para estudar a evolução social do Nordeste (ARCANJO, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui faz-se necessário tomar a concepção de Albuquerque Júnior (2011) de que o Nordeste foi construído para manter uma estrutura de poder que busca amalgamar as diferenças de seu povo, com o objetivo de facilitar não só a dominação da maioria formada por trabalhadores, sejam das cidades ou do campo, por uma elite que busca perpetuar seu poder por meio de uma narrativa na qual o Nordeste é uma região-problema. A teoria defendida na obra de Albuquerque Júnior (2011), *A invenção do Nordeste e outras artes*, é a de que o Nordeste

não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 37).

Homogeneizar uma área territorial tão grande passa pela homogeneização dos habitantes da região, afinal, estes, “ao mesmo tempo que inventavam o Nordeste, iam se inventando como sujeitos nordestinos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 43). Assim, o baiano do recôncavo, o pernambucano da Zona da Mata, o paraibano do agreste, o cearense do Cariri e tantos outros sujeitos tão diversos entre si, de tantos espaços geográficos diferentes, com culturas e hábitos diferentes, reconhecem-se como nordestinos.

Mas é difícil, enquanto nordestina, reconhecer esses outros como nordestinos, ao perceber que possuem usos e costumes tão diversos. Nos últimos meses de composição deste trabalho pude percorrer parte de dois estados do Nordeste, além do Ceará. Vi o quanto eram diferentes a geografia e o clima do oeste do Piauí e da Bahia e como são diferentes os usos e costumes daquela gente que também se reconhecia enquanto nordestina e que também estranhava meus usos e costumes, meu modo de falar, me vendo como uma forasteira.

Freyre (2004) e Menezes (2018) reconheciam a necessidade das obras um do outro para darem conta do Nordeste. No entanto, tal como foi possível verificar, o Nordeste vai

além do que ambos analisaram e relataram em suas obras. Por que é justamente a diversidade de sua geografia, de seu clima e de sua gente que dá a tônica da região, que faz o colorido que atrai o Brasil até aqui e que constitui uma das maiores riquezas do Nordeste.

Ainda existe muito a avançar. Há muitos problemas na região, além de uma desigualdade social alarmante. Ainda há, como visto no trabalho, uma infinidade de preconceitos e estereótipos sobre o Nordeste, bem como temos posturas, internas e externas a região, que buscam diminuir isso e outras que os acentuam. Este artigo se coloca como parte das discussões e análises da região, e o aprofundamento do tema suscitará mais estudos sobre essa diversidade da ecologia nordestina, da sua gente e da rica cultura, que homens e mulheres relacionando-se com este lugar, com suas condições e modos de vida, criaram.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A feira dos mitos: A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920–1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ARCANJO, José Estevão Machado. O gordo e o magro: O Nordeste segundo Gilberto Freire e Djacir Menezes. **Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 1–2, p. 79–83, 2019.

BUARQUE, Cristovam. Nordeste: Quinhentos anos de descobertas. //: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org). **Brasil: um século de transformação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 370–3793.

CALAZANS, Rejane. Ambivalências: o Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 75–80, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ctGbNFLx3SB3V9w73kND9kn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CASTRO, César Nunes de. **A agricultura no nordeste brasileiro: oportunidades e imitações ao desenvolvimento**. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

CARNEIRO, Leonardo Lima Vasconcelos. **Belo Monte: religiosidade e luta no sertão semiárido**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2013.

CAVA, Ralph Della. **Milagre em Joazeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.



- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: volume I. São Paulo: Abril, 2010.
- FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2004.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. São Paulo: Paz e terra, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas**. Brasília/DF; IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- LODY, Raul. Nordeste: um livro germinal de Gilberto Freyre sobre ecologia/região/cultura. **Ciência & Trópico**, v. 18, n. 2, p. 179–192, 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/447>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.
- MENEZES NETO, Paulo Elpidio. “O Outro Nordeste”, de Djacir Menezes, de 1937 a 2017. //: MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018. p. 33–46.
- MORAES, Filomeno. Gilberto Freyre, O Nordeste e a região Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, ano CXXII, 2018. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2018/2018-19-gilbertofreyre-onordestearegiao Nordeste.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- PAIM, Antonio. Revisitando Djacir Meneses. **Revista do Instituto do Ceará**, ano CXIII, 1999. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1999/1999-RevisitandoDjacirMenezes.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- PRIETO, Gustavo, Coronelismo e campesinato na formação social dos sertões. //: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio (Org.). **Sertão, Sertões**: repensando contradições, reconstruindo veredas. São Paulo: Elefante, 2019. p. 36–56.
- REGO, José Lins do. **Riacho Doce**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2009.
- SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870–1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VELHO, Gilberto. Gilberto Freyre: trajetória e singularidade. **Sociologia**, n. 58, p. 11–21, 2008.

Recebido em 12 de abril de 2022.  
Aprovado em 30 de maio de 2023.